



Estudos de Psicologia

ISSN: 1413-294X

revpsi@cchla.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Brasil

Cambaúva Gama, Lenita; Silva, Lucia Cecilia da; Ferreira, Walterlice
Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia
Estudos de Psicologia, vol. 3, núm. 2, julio-diciembre, 1998, pp. 207-227
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26130203>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia¹

Lenita Gama Cambaúva

Lucia Cecília da Silva

Walterlice Ferreira

Universidade Estadual de Maringá (PR)

Resumo

Neste artigo as autoras argumentam sobre a necessidade de alguns subsídios fundamentais para se entender a psicologia como produção humana e, conseqüentemente, entender suas problemáticas atuais bem como as possibilidades de sua transformação. Apontam a importância de se apreender os conhecimentos psicológicos - sejam as idéias psicológicas, seja a psicologia científica, seja a própria formação do psicólogo - pela e através da história dos homens que os construíram.

Palavras-chave:

História,
Psicologia,
Filosofia, Alma,
Consciência

Abstract

Reflections on the study of History of Psychology. The authors of this article argue about the necessity of some basic subsidies to understand psychology itself as a human production, and therefore, to understand its present problems as well as its possibilities of transformation. They point out the importance of understanding the psychological knowledge – whether the psychological ideas, scientific psychology or the psychologist formation itself – by and through the history of those men who built this knowledge.

Key-words:

History,
Psychology,
Philosophy,
Soul,
Conscience.

A reflexão sobre o que é a Psicologia, de onde vem, para que e a quem serve, é algo tão imprescindível para o psicólogo como o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas (*ANTUNES, 1989, p.32-33*).

Ao ministrar disciplinas que versam sobre os fundamentos da psicologia, temos tido a preocupação de fazer com que os alunos reflitam sobre a ciência em que estão sendo formados. Julgamos que a reflexão deva ser feita com o objetivo de se entender a produção histórica da ciência psicológica para, a partir daí, entendermos a psicologia que estamos fazendo e que rumos ela vem tomando. Temos, sobretudo, a preocupação de formar um profissional que possa contribuir com sua ciência de maneira ativa e crítica. Nesse sentido, tem este artigo o objetivo de argumentar sobre a necessidade de se estudar a psicologia de uma perspectiva histórica, ou seja, a partir do ponto de vista que apreende a ciência psicológica como uma prática social e que entende serem os seus fundamentos, históricos e filosóficos, intimamente ligados à própria forma de o homem viver e se expressar na sociedade.

Partindo dessa perspectiva, entendemos que a psicologia vai sendo construída à medida mesmo que os homens vão construindo a si e a seu mundo. A preocupação do homem com as chamadas atividades subjetivas é tão antiga quanto as primeiras formas do pensamento racional, ou seja, quando o homem pensa acerca do mundo, dos outros homens e de si mesmo, elabora idéias psicológicas, idéias que se referem a processos individuais e subjetivos, como, por exemplo, as percepções e as emoções.

O homem, sendo personagem principal desse processo de desenvolvimento do pensamento, cria idéias, entre elas as idéias psicológicas. Ele cria as ciências como forma de compreensão do mundo; entre essas ciências cria a psicologia, tendo como objetivo o entendimento do que hoje chamamos subjetividade, bem como a interpretação desta

na sua relação com o mundo e com outros homens. Isso significa que a psicologia pode ser considerada uma ciência social, e seu objeto o homem. Ao falarmos do desenvolvimento da psicologia, estamos, ao mesmo tempo, nos referindo ao desenvolvimento, ao processo, à elaboração e à criação do pensamento humano. Ou seja, assumimos e entendemos que o homem está em constante movimento. Como analisa Lane (1985), ele "fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza, o homem é cultura, é história" (p. 12).

Estudando a psicologia numa dimensão histórico-social, é possível entender a sua constituição em ciência e entender seus debates atuais no interior mesmo das relações sociais desenvolvidas pelos homens. Concebemos, como primeiro ponto a ser levado em conta, que a psicologia não é uma criação mágica ou abstrata. Pelo contrário, é uma criação humana e bem concreta: inicialmente, enquanto idéias psicológicas imersas na filosofia; depois, enquanto disciplina científica, tendo, nos dois momentos, o objetivo de compreender as ações, as atitudes, os comportamentos e tantos outros estados subjetivos humanos que se revelam dinamicamente na relação dos homens entre si no mundo em que vivem.

O segundo ponto a considerar é que a psicologia, por muito tempo, foi tema da filosofia. Muitos estudiosos consideram que ela se emancipou da filosofia em meados do século XIX. Sendo assim, nos parece que não podemos resgatar a história da psicologia sem entendermos a filosofia como primeira forma de desenvolvimento do pensamento humano racional, quando das primeiras indagações do homem sobre o mundo.

E, ainda, um terceiro aspecto a se observar é que o aparecimento da consciência humana é concomitante ao aparecimento do pensamento racional, já que o homem de simples animal passa a ser humano, social e histórico. Essa consciência que em primeira mão é a consciência de si, leva o homem a elaborar os primeiros conceitos sobre a subjetividade humana, que nada mais são do que as próprias idéias psicológicas, embriões da futura ciência psicológica.

Sobre esses três pontos é que desenvolvemos algumas reflexões que têm nos ajudado a compreender e ensinar a história da psicologia.

1. O porquê de compreender a História da Psicologia

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1988, publicada no livro *Quem é o psicólogo brasileiro?*, os motivos apontados quando da escolha da profissão podem ser de três ordens:

Dos 'motivos voltados para si' emerge a busca de mudanças; daqueles 'motivos voltados para o outro' evidencia-se a orientação de ajuda e, finalmente, dos 'motivos voltados para a profissão' fica patente a atração e fascínio que o psíquico exerce sobre as pessoas (Carvalho et al., 1988, p.56).

Isso significa que boa parte dos estudantes e profissionais da psicologia no Brasil têm a sua atuação voltada para a chamada psicologia tradicional na área clínica, que tem, historicamente, caráter privativo e individualizado.

Mas, se os profissionais assim atuam é porque houve, e possivelmente ainda há, motivos para se pensar que a psicologia se compromete somente com a pessoa a nível individual e não com o indivíduo-sujeito da história. Para entender essa "preferência" de atuação, temos de relembrar o caminho histórico recente da psicologia no Brasil, bem como considerar as mudanças que ocorreram na política educacional brasileira nos últimos 30 anos.

Quanto à história da psicologia, podemos dizer, por enquanto, que ela emerge como ciência quando reconhece a instância individual do homem na sociedade e que, por motivos sociais, políticos e econômicos, necessita ser normatizada e padronizada. Isto é, a psicologia só ganha espaço no rol das ciências quando se tem o reconhecimento da *experiência privatizada*, bem como o reconhecimento da *experiência da crise desta subjetividade* (Figueiredo, 1991). Ainda, é quando a doutrina liberal afirma a individualidade, liberdade e igualdade dos homens que se dá o reconhecimento daquela subjetividade. Entretanto, o próprio indivíduo percebe que estes princípios são mera ilusão, ocasionando assim a crise da subjetividade, que requer solução.

Quando os homens passam pelas experiências de uma subjetividade privatizada e ao mesmo tempo percebem que não são tão livres e tão

diferentes quanto imaginavam, ficam perplexos. Põem-se a pensar acerca das causas e do significado de tudo que fazem, sentem e pensam sobre eles mesmos. Os tempos estão maduros para uma psicologia científica (Figueiredo, 1991, p.30).

Mas chegar nesses tempos que proporcionam a possibilidade de as idéias psicológicas - idéias acerca de processos individuais e subjetivos - se converterem em ciência requer um pensar sobre a história da humanidade, sobre o desenvolvimento do seu pensamento enquanto manifestação da sua condição de vida material. Temos afirmado que esse é um bom motivo para estudar a história da psicologia (Cambaúva, Silva & Ferreira, 1997).

Para o entendimento da psicologia, que termina por ter como objetivo o indivíduo encerrado em si mesmo, acreditamos importar, também para nós, profissionais brasileiros, o entendimento dos efeitos das mudanças que ocorreram na política educacional brasileira nos últimos 30 anos.

Ao analisar as propostas implantadas no ensino universitário nos últimos 30 anos, temos a assinalar que as universidades, por serem centros de excelência de formação, foram categoricamente atingidas durante o período do governo militar. Isso significou uma reorganização educacional através do “patrulhamento” dos conteúdos ensinados nas universidades durante este período.

Esta reorganização, feita através da lei nº 5.540, de 28/11/68, acarretou grandes mudanças na organização e funcionamento das universidades (a departamentalização dos cursos, a matrícula por disciplinas, a nomeação de reitores e vice-reitores pelos governadores), de modo a comprometer a criticidade da pesquisa científica. Além de criarem-se disciplinas de cunho ideológico-vigilante, como Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), foram concomitantemente retirados os cursos de filosofia até então ministrados no 2º grau.

Ilustrando os efeitos dessa reorganização educacional, recorremos às seguintes afirmações:

Se a política educacional brasileira é orientada para o desenvolvimento econômico sob o prisma de um modelo de desenvolvimento capitalista, os objetivos e metas educacionais são conseqüentemente elabora-

dos segundo a determinação do plano nacional de desenvolvimento econômico, e forçosamente são voltados para a formação de recursos humanos, onde a produção do saber é direcionada exclusivamente para os meios de produção, visando unicamente ao crescimento econômico e acúmulo de riquezas de um grupo minoritário. Assim, o aluno universitário, considerado como um SER histórico, ativo e criador, é reduzido a um sujeito passivo, a-histórico, domesticado e dependente (Pereira, 1985, p.117).

Embora atualmente alguns daqueles princípios da Lei da Reforma Universitária de 68 tenham sido excluídos da vida acadêmica de muitas universidades brasileiras (como a revogação do regime de créditos, que permitia a matrícula por disciplinas, e a implantação do regime seriado anual, e também a conquista da eleição direta para reitores e vice-reitores), as consequências, após 30 anos, se fazem presentes, em geral, numa vivência de universidade despolitizada que, via de regra, não possui o senso crítico, nem do momento histórico pelo qual passou e passa o Brasil, nem das ciências a que se referem seus cursos de formação.

O caso da psicologia no Brasil (que não pode ser generalizado para outros países, nem mesmo da América Latina), nesse período, foi *sui generis*, porque, regulamentada como profissão em 1962, não foi ameaça para o regime implantado, já que a concepção de ciência adotada pela “psicologia brasileira” assumiu o modelo biológico, fazendo uma analogia acrítica (a-histórica) entre o meio natural e o meio social ao qual o homem –objeto de estudo– tem de ajustar-se da melhor maneira possível para que sobreviva enquanto indivíduo. Não se considera, nessa concepção, a natureza histórica do homem e da sociedade que ele produz. Atendendo às necessidades de sustentação do próprio modo de produção capitalista (que, em contextualizações específicas, encontra respaldo político nos governos autoritários), a psicologia vem atender aos imperativos do mercado de trabalho, que apelam para um determinado tipo de racionalidade e produtividade (Malheiro & Nader, 1987). Assim, a prática psicológica, de acordo com os autores, orienta-se no sentido de “ajudar o homem a suportar e a se adaptar às engrenagens do sistema” (p. 12).

Nesse âmbito, é fácil entender por que a psicologia clínica ganha *status*. Se se entende que as perturbações dos indivíduos são de sua

responsabilidade individual e que cabe a ele procurar *ajustar-se* à normatização social, crê-se, também, que a solução deve se dar no âmbito individual, com a cura da perturbação, do distúrbio particular no qual se embrenhou o indivíduo, diluindo-se também a possibilidade de reflexões coletivas.

E além de retirar da psicologia a possibilidade de pensar o homem enquanto produto social, enquanto ser coletivo, e problematizar suas pesquisas, também, nesse âmbito, privilegiou-se muito mais a técnica por esta ser muito mais pragmática. Quando Gomide (1984) analisa a formação acadêmica em psicologia e suas deficiências, conclui que "não estamos formando profissionais capazes de construir a psicologia, mas apenas de repeti-la pois o estudante apenas aprende técnicas e busca o cliente para aplicá-las" (p. 74).

Esses depoimentos, que não são simples desabafos, mas análises dos resultados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1988, já citada, nos revelam que a psicologia no Brasil, enquanto ciência, parece ter passado incólume pelo regime autoritário, revelando na sua prática os efeitos da reorganização universitária do país pós-64, que, além da despolitização, encarregou-se de retirar, tanto da academia como da ciência, o senso crítico.

Podemos então dizer que a manifestação, ou melhor, que a concretude na atualidade do passado autoritário imposto pelas políticas educacionais governamentais no Brasil buscou, sem dúvida, o aprimoramento técnico em detrimento da análise das teorias que embasam essas técnicas.

A reversão desse quadro requer que se eleja como princípio da formação profissional não só ensinar as técnicas, mas também discutir, criticar e analisar o porquê de elas se desenvolverem, em que época surgiram, para que propósitos serviram ou servem, ou seja, buscar retomar com o aluno o processo de desenvolvimento histórico da ciência com a qual vai trabalhar.

E aí entra a questão da história, a história como forma de apropriação do senso crítico, de contextualização do advento da ciência, o que pode levar a uma politização, a um compromisso social do aluno frente à sua atuação, seja enquanto estudante, seja enquanto profissional. Esse já é outro motivo para se estudar a história da psicologia.

Estudar a história da psicologia é apreendê-la na sua totalidade enquanto criação humana, isto é, compreender como, por que e quando foi criada. Isso pode significar a compreensão do predomínio de linhas teóricas, a eleição dominante de uma determinada área de atuação, o aparecimento de novas áreas de atuação.

Mas estudar a história da psicologia vai além disso: é também estudar a nossa história enquanto homens, produtores de conhecimento, e dessa forma, através desse estudo, nos situarmos frente ao mundo em que vivemos e no qual atuamos profissionalmente.

Assim, as idéias apresentadas neste artigo têm o intuito de contribuir com as reflexões sobre a ciência psicológica no que diz respeito à sua construção – sua história. Dessa forma, temos duas motivações intimamente vinculadas que impulsionam nossas reflexões: uma se relaciona com a necessidade de compreensão da transformação das idéias psicológicas em psicologia científica; a outra relaciona-se com a possibilidade de apreensão do senso crítico quando da análise do processo de transformação do homem de ser passivo em ser ativo e criador, portanto, em ser autônomo, cuja capacidade essencial é a de discernimento por si próprio. A vinculação desses dois motivos se dá, ao nosso olhar, na apreensão da construção da psicologia como ciência na história do pensamento humano.

2. Concepções de história

Entretanto, existem história e história. Isto é, existem concepções de história que se antagonizam quanto ao papel do homem no seu processo de desenvolvimento. Assim podemos apontar duas concepções da ciência da história; a primeira considerada como internalista pressupõe que as idéias científicas são produto de outras idéias, neste sentido não considera os fatores externos tais como as condições sociais, econômicas e técnicas, relevando somente fatores ideológicos, supondo desta forma que a origem de um pensamento científico está no interior do sistema de idéias de uma época.

Quando lemos alguns autores de história da psicologia, como, por exemplo, Brett (1972); Foulquié & Deledalle (1977); Heidbreder (1981); Misiak (1964); Mueller (1978); Penna (s/d); Schultz & Schultz

(1992), observamos que a concepção de história contida nesses autores é aquela contada cronológica e linearmente, em que não se faz presente a análise da ciência como prática social de uma determinada sociedade vivendo determinado momento histórico de sua produção. Essa concepção revela o homem como ser criador da realidade a partir das idéias, definindo a história como história intelectual. Dizemos que tal concepção é uma história desligada do homem que a produz, porque trata somente das idéias em si, mantendo-as afastadas das circunstâncias de ordem social que as produziram. Assim, o que observamos é um levantamento de fatos mais imediatos que antecederam essa ou aquela abordagem, esse ou aquele sistema de idéias.

A segunda concepção, definida como externalista, pressupõe que a história das ciências condiciona os acontecimentos científicos às suas relações com os interesses sociais, ideológicos, filosóficos e econômicos, podendo ser fatalista e mecânica, ao estabelecer uma relação de causa e efeito, isto é, revela uma concepção de homem passivo diante de uma realidade na qual não pode intervir, por estar totalmente condicionado aos fatores sociais e econômicos. Assim, se a primeira concepção é a história intelectual, esta segunda pode ser considerada a história social.

Para qualquer ciência, inclusive a psicologia, a concepção de história sem a interpretação ou análise dos fatos e do contexto em que foi produzida dá a conotação de que a ciência em estudo (no caso a psicologia), “aparece” na história do pensamento de forma casuística, como se fosse obra de alguns homens geniais quando têm a revelação do conhecimento. Tal concepção, internalista, dá a entender que o homem cria individualmente, exclusivamente no plano das idéias, as suas formas de conhecimento. A outra concepção, externalista, predetermina o homem como se ele fosse simples reflexo e registrador dos fatos, sem neles intervir. Portanto, os fatos, por serem concebidos como mecânicos e predeterminados, são independentes da ação humana, gerando uma visão de homem como ser passivo diante do conhecimento.

Dessa forma, estamos diante de concepções de história que apontam a história dos homens e a história das ciências como mundos paralelos e não como um único mundo. Estas concepções rompem a unidade produtor-homem e produção-ciência.

Estamos, então, diante de uma oposição entre subjetividade (criação de idéias a partir da própria subjetividade) e objetividade (ocorrência de fatos de forma mecânica, que independem do homem), ou seja, contrapõe-se o homem enquanto autor de idéias aos fatos que acontecem à sua revelia. Temos assim homem/idéia de um lado; fato/determinismo de outro.

Não é patente, nos manuais de psicologia, a unicidade entre teoria e prática. Rompe-se com a unidade subjetividade e objetividade, rompe-se com a unidade produtor e produção, e dessa forma não conseguimos (retomando nosso objeto, que é a história da psicologia) apreender o porquê do seu nascimento, o porquê das transformações ocorridas no desenvolvimento do pensamento psicológico, e nem mesmo o porquê de existirem tantas escolas ou teorias e sistemas que se diferenciam quanto ao objeto e método de estudo, que vão determinar as técnicas psicoterápicas, grandes instrumentos de atuação prática do psicólogo.

Porém, se formos buscar tais conhecimentos fundamentando-nos na história social do homem, teremos uma outra concepção de história, outra concepção de homem e outra concepção de ciência. Se o passado pode nos explicar o presente, necessitamos conhecer esse passado não meramente factual, mas inserindo nele o homem que não só cria a história, como vive na história. Necessitamos entender, antes de tudo, esse homem como criador, produtor de idéias, produtor de ciência, produtor de história. Para entendê-lo, temos que compreender, através do movimento da própria história, a sociedade em que vive, caso contrário estaremos concordando com o solipsismo, que é a crença de que a única realidade é o eu, e assim o homem pode ser criador a partir tão-somente de idéias.

Se estamos considerando que o homem produz sua história, temos que compreender como ele desenvolve idéias, não na perspectiva da idéia pela idéia, mas na perspectiva de sua relação com o mundo. O que pode ser encontrado nas obras de Rubinstein (s/d) de forma muito clara e na de Figueiredo (1991).

Se ponderarmos que a primeira condição básica para a existência humana é a sobrevivência da espécie, o homem se identifica com a natureza enquanto ser biológico. Assim, tanto o homem como o ani-

mal são seres em primeira mão naturais - orgânicos -, que atuam sobre a natureza para sua sobrevivência. Entretanto, o homem se diferencia do animal e da própria natureza na forma de sua atuação sobre ela. Na atividade para produção de sua existência, o homem não só transforma a natureza, como a si próprio. Essa atividade humana prática, que nada mais é que o trabalho, garante a sobrevivência da espécie humana e ao mesmo tempo diferencia o homem de outros animais, pois é uma atividade prática intencional e planejada, o que lhe confere consciência.

Relembrando Marx (1984),

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos [Suprimido no manuscrito: O primeiro ato **histórico** destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de **produzir seus meios de vida**]. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. (p. 27, grifos no original).

O homem, ao desenvolver sua atividade prática - trabalho -, cria instrumentos, formas de relações sociais com outros homens (como, por exemplo, a linguagem) e cria idéias, formas de pensar, que vão auxiliá-lo em novas transformações, já que aquelas foram criadas através e pelo trabalho. Isso significa que o homem não se limita à sua condição biológica. Essencialmente, ao travar relações sociais, faz história, pois transmite suas experiências a outras gerações através da linguagem e da própria civilização.

Assim é a história da humanidade. Tem como condição fundamental a transformação dos homens e da natureza. É através dessa história que o homem desenvolve o pensamento, as idéias e dentre elas aquelas referentes ao conhecimento do mundo. Dessa maneira, o conhecimento humano se apresenta de diferentes formas: como conhecimento histórico, filosófico, teológico, senso comum, científico e tantos outros.

Concluimos, então, que a ciência é uma forma de conhecimento que o homem produz e, portanto, a ciência, só pode ser entendida como atividade humana que se desenvolve a partir da atividade prática - o trabalho.

Pois bem, já temos alguns elementos para pensar a psicologia como produção humana, tanto quanto as idéias psicológicas, e estas como possibilidade de explicação e/ou interpretação daquela ciência, posto que a história da psicologia começa com as idéias psicológicas, pois aquela não aparece simplesmente no século XX. Dito de outra forma, há entre o advento da psicologia como ciência, e as idéias psicológicas desenvolvidas anteriormente, uma continuidade.

Se a primeira premissa fundamental da história é que ela é **criada pelo homem**, a segunda premissa igualmente fundamental é a necessidade de que nesta criação exista uma **continuidade**. A história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto (Kosik, 1976, p.218, grifos no original).

Para deixar clara nossa opção de como reencontrar essa história, devemos estar atentos para a concepção de homem produtor de sua vida material e de suas idéias.

Ora, a compreensão da trama da História só será garantida se forem levados em conta os 'dados de bastidores', vale dizer, se se examina a base material da sociedade cuja história está sendo constituída (Saviani, 1982, p.38).

O que sentimos falta nos autores apontados no início deste item são exatamente esses *dados bastidores*, pois que são eles que vão nos remeter à análise e interpretação da sociedade num determinado período histórico.

3. *A filosofia e o desenvolvimento do pensamento*

Da mesma forma que afirmamos que dentre as idéias que o homem desenvolve no seu processo de existência humana, a ciência é uma forma de conhecimento, dizemos que a filosofia também o é.

Quando o homem, através do trabalho, deixa de só se identificar com a natureza e passa também a diferenciar-se dela, faz um

“descolamento” da natureza. Isso significa uma mudança qualitativa que impõe o aparecimento do pensamento racional, já que o homem deixa de ser somente ser biológico. Ou seja, começa a observar, analisar os fatos da natureza, o nascimento, a morte, o sangramento e tantos outros aspectos que compõem a vida cotidiana.

Quando ainda “colado” à natureza, a explicação do mundo girava em torno do mito (narrativa sobre a origem do mundo, dos homens, dos deuses, das guerras etc.). Essa forma de pensamento mítico existe nas chamadas sociedades primitivas, na qual o homem produz somente para consumo imediato. Essa forma de vida primitiva se caracteriza pelo imediatismo da sobrevivência e também pela falta de diferenciação que o homem tem de si em relação ao mundo/natureza.

É com a atividade prática que lhe garante a sobrevivência - trabalho - que o homem vai desenvolvendo essa diferenciação, tanto através da fabricação e utilização de instrumentos para o trabalho, como através da linguagem quando da transmissão de conhecimento. Isto é, à medida que o homem vai se socializando na relação com outros homens e com a própria natureza, também vai superando sua condição biológica e, sem deixar de ser um ser natural, começa a se diferenciar da natureza.

Ainda, nessas sociedades o pensamento se firma pela crença, pela fé. Isso significa que o homem primitivo explica a sua origem, a origem do mundo, através de forças tidas como superiores a ele. Assim, através do mito, o homem tendia a tão-somente ser um ser natural, na medida em que a narrativa mítica “revelava” que o passado é tal como o presente.

Entretanto, à medida que o homem vai se “descolando” da natureza, se diferenciando dela, se transformando e transformando-a, temos outra estrutura de pensamento, em que o mítico não mais se sustenta, porque apoiado na revelação e não na explicação. Essa reordenação de pensamento está intimamente ligada às transformações da vida material humana.

A filosofia nasce em virtude da necessidade de o homem ordenar, organizar seu pensamento. Assim, se, segundo Chauí (1995), perguntarmos o que é filosofia, a primeira resposta poderia ser "a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as idéias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido" (p. 12).

Essa resposta já nos indica que o homem, devido a uma série de mudanças na sua vida, não se propunha mais a ter o mito como garantia da explicação de questões que nasciam devido às suas transformações. Quando o homem deixa de ser nômade há, por consequência, um desenvolvimento na agricultura e na fabricação de instrumentos de trabalho. A essa mudança se impõe uma preocupação mais objetiva. As questões relativas aos mistérios da vida cedem lugar às questões mais práticas, como por exemplo a origem do mundo e do próprio homem. Essa forma de pensar leva o homem a deslocar-se do pensamento mítico para o pensamento racional e, assim, as explicações giram em torno da natureza, da *physis*.

Dessa forma, o desenvolvimento do pensamento humano passa por outro estágio, que é a atitude de filosofar, que é responder aos problemas com os quais o homem se defronta na sua existência. Essa atitude de filosofar pressupõe a reflexão, o debruçar sobre as questões, sem considerá-las *a priori* resolvidas (como o crer no pensamento mítico). "Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E é isto o filosofar" (Saviani, 1982, p.23).

É interessante observar que nesse processo o homem sai da condição de crente, de pura opinião, para uma condição crítica, cuja afirmação pode ser "eu penso que" (Chauí, 1995, p.15). Com essa nova forma de compreensão do mundo, surge o conhecimento filosófico - a filosofia.

Vamos então definir filosofia como a busca organizada, sistemática, do saber. Já que o pensamento mítico, enquanto explicação do mundo, se apoiava na fé daquele que estava narrando, a filosofia propõe a investigação, a compreensão e organização do saber através da razão e não da crença.

Podemos, assim, considerar a definição da filosofia como conhecimento racional, que tem como objetivo indagar, investigar, organizar e compreender o mundo. Ou ainda:

...a filosofia surgiu quando se descobriu que a verdade do mundo e dos humanos não era algo secreto e misterioso, que precisava ser revelado por divindades a alguns escolhidos, mas que, ao contrário, podia ser

conhecida por todos, através da razão que é a mesma em todos; quando se descobriu que tal conhecimento dependia do uso correto da razão ou do pensamento e que, além da verdade poder ser conhecida por todos, podia pelo mesmo motivo, ser ensinada ou transmitida a todos (Chauí, 1995, p.23).

Se a filosofia é, pelo menos entre os gregos, a primeira forma racional de pensamento, podemos dizer que as idéias psicológicas nascem nesse mesmo momento. O homem, ao ter a atitude filosófica de se indagar, indaga seu próprio pensamento, indaga como se dá o conhecimento.

Esse debruçar sobre o pensamento e sobre o conhecimento faz com que o homem passe a ter como referência ele próprio, o que significa, em outras palavras, abordar questões humanas subjetivas, como sonhos, memória, percepção e tantas outras.

Por isso, podemos dizer que com a filosofia, enquanto conhecimento racional e sistemático, nascem também as idéias psicológicas, as indagações sobre o processo individual e subjetivo do homem.

4. A ciência como forma de pensamento e a psicologia como ciência

Contudo, o homem continua a desenvolver-se e a se colocar novas necessidades na medida em que vai forjando novos meios de sobrevivência. E chega a um ponto em que ele, além de conhecer a natureza, precisa, também, dominá-la, transformá-la segundo suas necessidades. Nesse ponto da jornada humana, temos grandes revoluções na vida prática e pensada, que, para Galileu Galilei, em 1616, nas palavras de Brecht (1979), levam o homem a "estudar a maior máquina de todas, a máquina dos corpos celestes, que se estende diante de nossos olhos" (p. 121). Ao estudar o universo, o homem foi dominando suas leis e aplicando-as para solucionar problemas de ordem prática, para construir as pequenas máquinas, poderíamos dizer. E, ao fazer isso, desenvolveu as ciências e o método experimental. As ciências da natureza e as ciências humanas são urdidas ao mesmo tempo em que o homem vai desenvolvendo a produção social nos moldes capitalistas, ao mesmo tempo em que vai desenvolvendo o indivíduo livre para a produção.

Pois bem, sem entrar aqui no mérito da polêmica em que se discute ser a psicologia ciência ou não, reafirmamos que ela se torna científica ao final do século XIX, em meio ao próprio advento de outras ciências e em meio ao recuo da filosofia enquanto teoria do conhecimento.

Mas a vida do homem não é estanque, e o modo de produção capitalista, que engendrou todo o nosso escopo científico, entra em crise global já nos meados do século XIX, crise essa muito bem elucidada nas obras de Marx e Engels. Com a crise econômico-social, o indivíduo (expressão humana no capitalismo) também entra em crise: questiona seus valores, suas habilidades, suas potencialidades, o sentido de sua vida. Fez-se necessária uma ciência que explicasse os aspectos individuais e subjetivos do homem. Essa ciência

...ensinaria definitivamente como é e como funciona a psique humana, quais as causas dos comportamentos e os meios de controlá-los, quais as causas das emoções e os meios de controlá-las, de tal modo que seria possível livrar-nos das angústias, do medo, da loucura, assim como seria possível uma pedagogia baseada nos conhecimentos científicos e que permitiria não só adaptar perfeitamente as crianças às exigências da sociedade, como também educá-las segundo suas vocações e potencialidades (Chauí, 1995, p.50).

A psicologia se “desliga” da filosofia e se configura enquanto ciência independente quando deixa de buscar a essência humana e passa a adotar métodos para não só conhecer, mas também intervir nesse *ser humano*. Deixando mais claro:

A filosofia através da observação das atividades humanas com base nas reflexões sobre estas atividades busca determinar a natureza humana e suas relações com o mundo. Busca a essência desta natureza (Misiak, 1964, p 15).

Enquanto que

A psicologia através de métodos científicos estuda o comportamento humano, tanto o comportamento manifesto como as atividades concomitantes como o sentir, perceber, pensar. Seja na descrição ou mensuração deste comportamento a Psicologia se vincula a outras ciências como as ciências sociais e as ciências biológicas (idem, p.15).

Ou seja, o homem, diante da diversidade do mundo industrial, diante da possibilidade de potencialização da eficiência humana, diante da necessidade de conhecer e controlar suas próprias atividades, desenvolve uma forma de pensamento específico acerca do seu comportamento, desenvolve métodos para análise e compreensão do caráter individual do seu ser, bem como de sua subjetividade.

Em todas estas questões se expressa o reconhecimento que existe um sujeito individual e a esperança de que é possível padronizá-lo segundo uma disciplina, normatizá-lo, colocá-lo enfim, a serviço da ordem social. Surge, deste modo, a demanda por uma psicologia aplicada, principalmente nos campos da educação e do trabalho.

É assim que no final do século XIX estão dadas as condições para a elaboração dos projetos de psicologia como ciência independente e para as tentativas de definição do papel do psicólogo como profissional nas áreas de saúde, educação e trabalho (Figueiredo, 1991, p.31).

Torna-se então possível o nascimento da psicologia científica como uma das formas de pensamento do homem contemporâneo, significando assim sua saída da filosofia, em meio à qual se mantinha como uma disciplina.

5. Conceito de consciência como eixo da conjugação psicologia - filosofia - história

Já falamos que o homem se diferencia do animal na sua forma de atuação junto à natureza, isto é, o trabalho torna-se fundamental nessa diferenciação porque é atividade consciente que, ao mesmo tempo em que leva o homem a transformar a natureza, leva-o a transformar suas relações com a natureza e com outros homens. É pelo trabalho que o homem aprende a assimilar e dominar a natureza, bem como a transmitir a outros homens a sua experiência através da linguagem.

Dessa forma, podemos dizer:

A origem da história da humanidade assinala um nível evolutivo qualitativamente novo, que difere fundamentalmente da precedente evolução biológica dos seres vivos. As novas formas de existência social criam também novas formas da psique, as quais por sua vez são

fundamentalmente distintas da psique animal: **nasce a consciência humana** (Rubinstein, s/d, p. 115. Tradução e grifos nossos).

Quando o homem se “descola” da natureza, passa a se diferenciar dela, se propõe alguns problemas, algumas indagações que perpassam o próprio pensamento, o comportamento e outras tantas atividades subjetivas, como os sonhos, as sensações, as percepções e a memória. Podemos então definir que “consciência em seu caráter imediato é o quadro do mundo que se revela ao sujeito, no qual estão incluídos ele próprio, suas ações e estados” (Leontiev, 1978, p. 99).

O nascimento da consciência humana não requisiou de imediato seu conceito (observe-se que a consciência vai se tornar objeto de estudo somente na era da psicologia científica), mas sim conceitos de fenômenos psíquicos que naquele determinado momento histórico eram importantes. Assim é que temos idéias psicológicas, pois o conceito de consciência propriamente dito é novo. O filósofo da Antiguidade fala em psique, alma.

A idéia de alma nasceu sem dúvida de experiências fundamentais: nascimento e morte, sono e sonhos, síncope, delírios, etc., inerentes a uma primeira e obscura tomada de consciência, pelo homem, de sua própria realidade no mundo (Mueller, 1978, p. 3).

Retomando então nossa tese, é com o nascimento da consciência enquanto consciência de ser, na medida em que o homem passa a se diferenciar de outros animais, que nasce também a idéia de alma.

A noção de alma é até uma idéia necessária, porque, definida enquanto entidade em si ou substância, revela-se como o reconhecimento de atividades psíquicas ou espirituais, enquanto manifestação de uma realidade independente de outras realidades, embora possa se relacionar com estas. Isto é, o homem, quando passa a ter como referência suas indagações sobre o mundo, sobre seu próprio pensamento, suas ações ou estados externos e internos, cria a noção de alma como forma de explicar a própria realidade, qual seja a alma enquanto realidade superior, ou como princípio ordenador do mundo. Aliás, a alma é considerada pelos gregos como princípio da vida, dos sentidos

e das atividades espirituais. E é através do conceito de alma que são explicadas as atividades subjetivas do homem.

Posteriormente aos gregos, seja no período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média, denominado de Neoplatonismo, seja na própria Idade Média, o conceito de alma é filosoficamente suplantado pelo conceito de consciência. E assim, na acepção moderna, consciência é a experiência interior, a reflexão da realidade interior, é o tomar conhecimento da própria subjetividade.

Bem, se estamos pontuando a necessidade de entender as idéias psicológicas que originaram possibilidades do aparecimento da psicologia como ciência, um dos caminhos que pode ser percorrido é o desenvolvido pelo conceito de consciência. Embora este só apareça como tal no pensamento posterior à Antiguidade, já está delineado; em primeiro lugar, enquanto forma de apreensão da própria condição humana, quando o homem passa a se descolar da natureza; em segundo, na noção de alma enquanto explicativa do pensamento, dando lugar a elaborações mais objetivas (será?) quanto à realidade interior.

Referências

- Antunes, M. A. M. (1989). Psicologia e história: uma relação possível? Ou psicologia e história: uma relação necessária! *Psicologia e Sociedade*, 4 (7), 30-36
- Brecht, B. (1979). *A vida de Galileu*. Lisboa: Portugalia.
- Brett, G. S. (1972). *Historia de la psicologia*. Buenos Aires: Paidós.
- Cambaúva, L. G., Silva, L. C., & Ferreira, W. (1997). Da história da psicologia à psicologia histórica. *Psicologia em Estudo*, 2, 113-124.
- Carvalho, A. A., Ulian, A. L. A. O., Bastos, A. V., Sodré, L. G. P., & Cavalcante, M. L. P. (1988). A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 49-68). São Paulo: Edicon.
- Chauí, M. (1995) *Convite à filosofia* (3a. ed.). São Paulo: Ática.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Psicologia: uma introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: Educ.
- Foulquié, P., & Deledalle, G. (1977). *A psicologia contemporânea* (4a. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Gomide, P. I. C. (1988). A formação acadêmica: onde residem suas deficiências? In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 69-85). São Paulo: Edicon.
- Heidbreder, E. (1981). *Psicologias do século XX* (5a. ed.). São Paulo: Mestre Jou.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lane, S. (1985). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. Lane, W. Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (3a. ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Leontiv, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Malheiro, D. P., & Nader, R. M. (1987). Contribuição a uma análise da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2, 9-13.
- Marx, K., & Engels, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)* (4a. ed.). São Paulo: Hucitec.
- Misiak, H. (1964). *Raíces filosóficas de la psicologia*. Buenos Aires: Troquek.
- Mueller, F. (1978). *História da psicologia: da Antiguidade aos dias de hoje* (2a. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Penna, A. G. (s/d). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Penna, A. G. (1982). *Introdução à história da Psicologia Contemporânea* (3a. ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Pereira, M. A. (1985). Os 20 anos de regime autoritário e sua influência na universidade brasileira. *Educação & Sociedade*, 7 (20), 115-124.
- Rubinstein, J. L. (s/d). *Principios de psicologia general*. Buenos Aires: Grijalbo.
- Saviani, D. (1982). *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (2a. ed.). São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (1992). *História da psicologia moderna* (5a. ed.). São Paulo: Cultrix.

*Nota*¹ Este artigo faz parte do projeto de ensino *Estudos sobre a história da psicologia* desenvolvido, pelas autoras, no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Lenita Gama Cambaúva é mestre em Filosofia da Educação e professora da disciplina Psicologia Geral na UEM; *Lucia Cecilia da Silva* é mestre em Fundamentos da Educação e profesora da disciplina Teorias e Sistemas Psicológicos na UEM; e *Walterlice Ferreira* é professora da disciplina Psicologia Experimental na UEM. Endereço para correspondência: A/C Profa. Lucia Cecilia da Silva. Universidade Estadual de Maringá/ Departamento de Psicologia. Av. Colombo, 5790 - CEP 87020-900, Maringá - PR. Fone: (044) 261-4291 Fax: (044) 233-2676 E-mail: joseluiz@wnet.com.br

Sobre as autoras